

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em 15 de Outubro de 2017, deflagrou um violento incêndio em Pedorido, Castelo de Paiva, atingindo a zona das escombreyras das Antigas Minas do Pejão. Depois de dominado o incêndio à superfície verifica-se que continua a lavar no subsolo, consumindo o carvão que ainda aí permanece em elevadas quantidades.

O subsolo das escombreyras continua incandescente, até hoje, e emitindo gases e libertando poeiras cujo impacto sobre as condições ambientais na envolvente e sobre a saúde dos habitantes mais próximos se desconhecem.

Esta situação, à falta de comunicação e esclarecimento sobre a monitorização ambiental e sobre futuros desenvolvimentos da intervenção que tem vindo a ser feita – pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA - tem gerado justificado alarme social entre a população profunda conhecedora das antigas minas e que sabe que se o incêndio atingir os veios de carvão ali existentes pode redundar numa tragédia de efeitos incalculáveis.

Não se encontrando justificação razoável para o arrastar desta situação, nem para a falta de esclarecimento à população no que concerne a futuras evoluções da intervenção de contenção e supressão do incêndio; a possíveis resultados de monitorização de impacto ambiental; e a cuidados de saúde a manter; impõe-se perguntar:

- Qual a justificação para um período tão prolongado de espera sem que se vislumbre a resolução definitiva deste incêndio?
- Qual a avaliação da estratégia até aqui seguida e dos meios empregues?
- Qual a evolução prevista para a intervenção no terreno? Está previsto aumentar os meios ou aplicar outros meios? Estão garantidas as condições de contenção de modo a impedir que o incêndio atinja os veios de carvão existentes?
- Qual o prazo previsto para conclusão da operação de supressão do incêndio?
- Está a ser feita a monitorização do impacto ambiental da libertação de gases e poeiras? Se sim, quais os resultados e riscos para os habitantes mais próximos?
- Está previsto o fornecimento de informação útil à população e autoridades locais, designadamente na área da saúde, quanto ao desenvolvimento da intervenção, impacto ambiental e possíveis cuidados a ter para garantir o bem-estar da população?

Palácio de São Bento, 9 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

ISABEL SANTOS(PS)